



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /x (.ª)
- PERGUNTA Número 709 /x (4.ª)

| |
|----------------------|
| Expeça-se |
| Publique-se |
| 10/12/08 |
| O Secretário da Mesa |
| <i>Recebeu</i> |

Assunto: **Situação económica e social no Concelho de Vendas Novas**

Destinatário: **Ministério da Economia**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

A actual crise económica internacional veio acentuar a crise económica que há alguns anos atinge o nosso país. Numa situação de dependência face ao estrangeiro como a que se verifica na economia portuguesa, os efeitos das decisões de empresas multinacionais que reduzem a produção, reduzem encomendas, param a laboração ou decidem mesmo encerrar as portas fazem sentir-se de forma dramática na nossa economia e na situação social do país.

A situação que se vive nos sectores automóvel e corticeiro é um dos exemplos mais flagrantes.

As decisões tomadas pelas grandes empresas multinacionais do ramo automóvel afectam directamente as suas unidades produtivas localizadas em Portugal mas também muitos milhares de micro, pequenas e médias empresas (MPME) fornecedoras destas.

Também no que respeita ao sector corticeiro a situação é preocupante. A crise mundial que se verifica no sector imobiliário conduz à redução das exportações das empresas portuguesas e está a provocar gravíssimos problemas de escoamento da produção com o consequente cenário de despedimentos, lay-off ou mesmo o encerramento das empresas.

É esta afinal a origem da dramática situação que se vive no Concelho de Vendas Novas.

No Parque Industrial de Vendas Novas, 80% dos postos de trabalho encontram-se em empresas dos sectores automóvel e corticeiro. As dificuldades com que estas empresas estão confrontadas começaram já a ter tradução no despedimento de trabalhadores contratados precariamente, na rescisão de contratos por mútuo acordo mediante pagamento de compensações muito inferiores aos montantes das indemnizações previstas na lei e à preparação de processos de lay-off.

A situação dramática em que vivem já muitas famílias naquele Concelho parece não ter perspectivas de resolução, apesar das medidas que a autarquia entretanto já tomou na medida das suas possibilidades, concedendo às empresas alguns apoios para que se possam manter em actividade.

Esta situação é ainda mais preocupante se tivermos em conta que se trata do único concelho de todo o Alentejo que tem vindo a aumentar continuamente o número de habitantes em resultado



do crescimento económico facilmente constatável pela expansão do Parque Industrial e do número de empresas instaladas no Concelho. É este percurso de crescimento e desenvolvimento que agora começa a ser posto em causa.

Sendo a actual situação o resultado de políticas económicas erradas de carácter nacional, obviamente que é nesse plano que se devem procurar as soluções. É o Governo que tem que assumir como prioridades políticas o apoio à actividade produtiva, o apoio às MPME e a garantia do emprego com direitos para os trabalhadores.

Um Governo que, entre linhas de crédito e avales, encontra 24 mil milhões de euros para acudir aos buracos financeiros da banca, que disponibiliza dinheiro dos contribuintes para alimentar a especulação financeira e as aventuras bolsistas de quem acumulou fortunas à custa dos sacrifícios do povo português, tem que encontrar meios e medidas para acudir aos micro, pequenos e médios empresários e aos trabalhadores nesta situação de agravamento da crise económica e social.

*Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho perguntar através de V. Exa., **ao Ministério da Economia**, o seguinte:*

1. De que dados dispõe o Governo sobre a situação económica no Concelho de Vendas Novas?
2. Que avaliação faz o Governo sobre a situação que se vive naquele Concelho e como perspectiva o seu desenvolvimento futuro?
3. Que medidas prevê o Governo vir a tomar para fazer face a um cenário de dificuldades generalizadas no tecido empresarial de Vendas Novas?
4. Admite o Governo a possibilidade de vir a adoptar medidas excepcionais de apoio às MPME e aos trabalhadores daquele Concelho como forma de evitar situações de falências e despedimentos generalizados naquele Concelho?

Palácio de S. Bento, 9 de Dezembro de 2008

Os Deputados,

João Oliveira

Agostinho Lopes